

EDITORIAL – MAIO/2026

A CONSOLIDAÇÃO DA REVISTA E NOVAS DIRETRIZES INSTITUCIONAIS

2026 marca a entrada no terceiro ano de publicação da *Revista Caleidoscópio* como um dos periódicos oficiais do Instituto Federal da Bahia, após reformulação que a levou, em 2024, a ampliar o escopo das suas discussões: de um interesse centrado em questões relativas ao lugar como espaço físico e simbólico, de moradia e produção de sentidos sociais, para uma revista que pretende abranger a educação nas suas múltiplas perspectivas, nos seus mais variados desafios e conquistas. Consolida-se, dessa maneira, este periódico que conta já com doze anos de publicações ininterruptas.

O lançamento desta nova edição 2026.1, por outro lado, situa-se dentro de um período de redimensionamento das diretrizes de avaliação por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior sobre as publicações acadêmicas no país. Trata-se de um olhar multidimensional, pelo qual, a partir do quadriênio 2026-2028, serão classificados não mais as publicações como um todo, mas os artigos que nelas forem veiculados. Uma avaliação na qual “serão levados em conta os indicadores bibliométricos dos periódicos e dos próprios artigos para que cada artigo seja avaliado distintamente”. É, portanto, dentro desse contexto renovado de avaliação que, com satisfação, anunciamos a inclusão neste número não apenas de textos originários de diversas regiões do Brasil, mas ainda de um ensaio provindo de um país da América do Sul, colocando a revista, assim, numa rota de internacionalização das suas discussões e propostas.

Seguindo o desenho editorial das publicações anteriores, esta edição se divide em duas seções: uma destinada a artigos produzidos tanto por estudantes do Ensino Técnico Integrado e graduandos do Ensino Superior, quanto por docentes e pesquisadores deste e de outros centros educacionais e de pesquisa. A segunda seção abriga, por sua vez, três ensaios produzidos por acadêmicos de diversas áreas do conhecimento.

Assim, o artigo “A dança da historiografia: interpretações acerca dos conceitos, da teoria e da prática no campo da história”, de autoria de Antônio Carlos Pinto Silva Júnior, abre a edição levantando algumas perguntas que buscam uma concepção da história como campo de ação para jovens pesquisadores: o que é a história, qual a

sua finalidade e a sua validade enquanto ciência? Esses questionamentos encaminham a discussão do autor no sentido de refletirmos acerca do papel desempenhado pelo docente-historiador no campo da educação. Silva Júnior nos conduz, dessa maneira, a pensar na necessidade de “transformar as teorias [...] em conteúdos didáticos compreensíveis aos estudantes”. Após as reflexões sobre o papel do docente-historiador, o artigo “O Observatório de Educação Científica como dispositivo de produção do espaço: cartografias do vivido na escola pública”, sob a assinatura de Monique Sanches Sodré e Kátia Soane Santos Araújo, leva o leitor para o campo do registro da experiência enquanto constituidora do espaço físico e simbólico, analisando a importância do Observatório de Educação Científica, da Bahia, como um “dispositivo/diapositivo de produção do espaço e de promoção da emancipação juvenil”. Apoiadas nas ideias de Henri Lefebvre, Paulo Freire e nas discussões sobre teoria e práticas decoloniais, as autoras defendem a tese de que “o fazer científico na escola pública, quando mediado por dispositivos tecnológicos e fundamentado em bases críticas, transcende a mera aquisição de conteúdos para se tornar uma potente estratégia de produção do espaço”.

Na sequência, Juliana Fernandes Silva de Oliveira, nos oferece, no artigo “Comida é linguagem: reflexões sobre a cultura alimentar caiçara como inspiração para uma educação decolonial”, um olhar ampliado sobre a alimentação, para defender a ideia de que “a comida alimenta almas, pertencimentos, elos com o coletivo e com a natureza”. Nesse viés de raciocínio, a autora nos faz vislumbrar o ato da alimentação como um conjunto de práticas que vão muito além da sustentação do nosso corpo físico, para investir nele como uma instância na qual não só se criam significados sociais, mas também se situa “o sujeito no mundo e o conecta a uma teia de relações”. É a partir desses pressupostos que Fernandes defende a tese de ser a cultura alimentar uma ferramenta de conhecimento com potencial para a implementação de uma educação decolonial.

O quarto artigo desta edição, assinado por Crasimir Adelino Ramos Sambe, e intitulado “Política linguística pré-colonial e colonial na atual geografia guineense”, visa “explicitar as características e os modos de gerenciamento linguístico presentes” nos períodos pré-colonial e colonial no país africano da Guiné-Bissau. Partindo de leituras dos estudiosos africanos Hampâté Bâ e Lourenço Ocuni Cá, o autor levanta diferenças significativas tanto nos objetivos quanto nas estratégias de implementação de ambas as políticas aludidas, para registrar a confirmação de que as escolas

coloniais funcionaram “como instâncias de apagamento da tradição, dos valores culturais e linguísticos” dos grupos locais, impondo a língua portuguesa como modelo próprio e instrumento de dominação colonial. Desta forma, denuncia Ramos Sambe, a tradição dos valores culturais e saberes ancestrais, como prática educativa pré-colonial, viu-se durante séculos interrompida pela empresa colonial portuguesa.

O último dos artigos apresentados nesta edição, de autoria de Rafaela Luiza da Paixão Ferreira e Francisco Xavier da Silva Júnior, traz como título: “A dinâmica socioespacial do bairro Nossa Senhora da Luz em Morro de São Paulo (BA): impactos sociais da gentrificação turística”. Nele, os autores buscam compreender “como a expansão do turismo tem alterado as dinâmicas sociais” nesse balneário que forma parte da memória e das experiências de muitos de nós. Os autores denunciam no artigo dinâmicas em que o turismo é conduzido em dissociação com as necessidades das populações locais, provocando “processos de exclusão territorial”, fato que demandaria com urgência não só a formulação de “estratégias de gestão urbana que assegurem dignidade às comunidades nativas”, mas também o fornecimento de “subsídios e [a elucidação] de contextos ignorados, para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à gestão do território, à preservação da memória coletiva e à mitigação dos efeitos adversos da afluência de turistas”, em Morro de São Paulo.

Abrindo a seção dedicada aos ensaios, o texto “A palavra como tecnologia de poder e de emancipação na educação profissional de pessoas negras”, de autoria de Sazana Assunção Martins dos Santos, busca refletir de que maneira a linguagem se constitui numa tecnologia de poder no processo educativo e emancipatório de pessoas negras. Martins dos Santos “problematiza o racismo linguístico presente nos espaços educativos e analisa de que modo determinadas hierarquias linguísticas podem reforçar processos de exclusão, silenciamento e deslegitimação de saberes produzidos por sujeitos negros”. A educação, conclui a autora, deve comprometer-se com a justiça social, reconhecendo “a pluralidade linguística, cultural e epistemológica” presente nas salas de aula e espaços de pesquisa no Brasil, para desenvolver “práticas pedagógicas antirracistas”.

A seguir, o ensaio “El tiempo histórico: futuro, presente y pasado”, sob a assinatura de Adolfo Ibáñez Santa María, atravessa fronteiras internacionais, para trazer-nos, do âmbito investigativo da História, no Chile, uma reflexão acerca do valor daquilo que o autor chama de “tempo histórico” na formação dos nossos educandos. O ensaio em questão formula a importância dessa dimensão do tempo, que o autor

diferencia do tempo cronológico, externo ao ser humano, tanto para a formação quanto para a vida das pessoas, “considerando a educação um agente potencializador dessa dimensão temporal”, apresentada como um processo que se desenvolve no íntimo de cada pessoa e que pode chegar a constituir-se, quando apoiado por espaços de educação formal e informal, em uma instância de “afirmação da virtude constitutiva de todo ser humano inserido na vida social da sua comunidade” (citações tradução nossa).

Por último, a edição se encerra com uma interessante reflexão sobre o potencial educativo que a instalação e manutenção de um aquário podem ter. Nesse ensaio intitulado: “Aquário ensina, diverte ou ensina divertindo?”, o autor Leopoldo Melo Barreto define os aquários como “pedaços de ambientes aquáticos que simulam um ecossistema vivo e dinâmico”. E a partir desse pressuposto defende a tese de que o contato de crianças e adolescentes com estes microecossistemas pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, tais como: “o respeito aos animais, o respeito ao equilíbrio biológico e natural, o senso de responsabilidade e paciência”, além de poder representar “uma pausa/alternativa para a vida digital”. Segundo Melo Barreto, esta prática poderia desembocar em uma melhora das habilidades de socialização, reduzindo a depressão, desenvolvendo a concentração e melhorando as capacidades motora, sensorial e cognitiva de crianças e jovens.

Desejamos aos leitores, então, um proveitoso percurso pelos variados assuntos e recortes temáticos oferecidos nesta edição que desponta no ar do Campus Valença do IFBA, em direção ao Brasil e ao mundo, como a consolidação de uma caminhada em prol da divulgação de pesquisas e reflexões relativas ao campo da educação. Boas leituras!

Ricardo Piera Chacón
Membro do Conselho Editorial
Revista Caleidoscópico